



**INSTITUTO  
ÁGUA E TERRA**



**PLANO DE ENCERRAMENTO**

Compensação Ambiental da PCH Fazenda do Salto  
Processo de Compensação Ambiental SID nº. 16.506.825-4  
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS (MC) - LEI 9.985/2000

**Tipo da ação: Implementação de ações de manutenção e manejo**

**CRONOGRAMA GERAL DAS ATIVIDADES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTIMADA**

ABRANGÊNCIA DA APLICAÇÃO	OBJETO	Valor Unitário	Rendimento	Valor Total
		R\$ 150.176,26	R\$ 20.355,51	R\$ 170.531,77
<b>AÇÕES DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS (IAT)</b>				
Sistema Estadual de Unidades de Conservação	Serviço de limpeza e conservação	PE Ibiporã, PE de Ibicatu, PE Mata dos Godoy, PE Mata São Francisco, PE Vila Rica do Espírito Santo	09/09/2024	R\$ 122.759,75
	Atividades/produtos do 2º ano do Contrato de Gestão referente ao Projeto Pró-Biodiversidade	Gestão UCs	23/09/2024	R\$ 47.729,42
	Aquisição de lanternas para UCs	Gestão UCs	03/10/2024	R\$ 42,60
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 170.531,77</b>

JUSTIFICATIVA: Implementar ações de manejo e manutenção do Sistema Estadual de Unidades de 19781,36Conservação.  
Artigo 33 do Decreto Federal 4.340/2002 - A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei no 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I - regularização fundiária e demarcação das terras;
- II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;**
- IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e
- V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

Parágrafo único. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- I - elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;
- II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;
- III - implantação de programas de educação ambiental; e
- IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.